

Jornal 30 de Agosto



ESPECIAL - CAMPANHA SALARIAL 2010

Março 2010

EQUIPARAÇÃO SALARIAL JÁ!

25,97%

**PARA PROFESSORES(AS)
E FUNCIONÁRIOS(AS)**

16 de Março
DIA DE PARALISAÇÃO
NACIONAL E ESTADUAL
Concentração às 9h
na Praça Santos Andrade
Curitiba - Paraná



Vamos fortalecer nossa campanha salarial!

Em 2009, obtivemos importantes conquistas, entre estas a implementação do cargo de 40 horas, da aposentadoria especial para diretores e pedagogos, do plano de carreira dos funcionários, além da reposição da inflação do ano. A mobilização da categoria e o processo de negociação entre a APP-Sindicato e o governo foram fundamentais para estas conquistas.

Precisamos avançar ainda mais. Para tanto, a APP acaba de lançar a Campanha Salarial 2010. Este ano, em virtude do calendário eleitoral, temos que acelerar o ritmo. A legislação eleitoral dificulta reajustes salariais após o início de abril. Assim, para conquistar um reajuste salarial para além da reposição prevista para este ano, precisaremos da participação de cada professor(a) e cada funcionário(a).

Além da equiparação, a campanha destaca a saúde, a nomeação

dos aprovados nos últimos concursos, a aprovação da Lei Estadual de Sistema de Ensino, a manutenção da isenção previdenciária para os aposentados e da alíquota de 10% para o pessoal da ativa, o auxílio transporte para todos os(as) funcionários(as) e a luta pela implementação da lei original do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) em todo o país, dentro desta, a aplicação dos 33% de hora-atividade.

Este jornal especial é um subsídio para a organização da nossa mobilização. Reúna os educadores e educadoras da sua escola e organize a paralisação do dia 16 de março e a mobilização em Curitiba.

Boa leitura!

Diretoria Estadual

Categoria paralisa atividades por equiparação e pelo PSPN

Nomeação de concursados, saúde, leis da educação, manutenção da isenção previdenciária para os aposentados e auxílio transporte para todos os funcionários também são reivindicações

Os educadores da rede pública estadual de ensino vão paralisar as atividades no dia 16 de março. Na data, além da mobilização estadual em favor da Campanha Salarial 2010 (veja o box ao final da matéria), a categoria integra a luta nacional pela implementação de um direito histórico alcançado, mas ainda negado na maioria dos Estados e municípios: o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). A concentração para o ato público já tem hora e local marcados: às 9h, na praça Santos Andrade.

A presidente da APP-Sindicato, professora Marlei Fernandes de Carvalho, destacou a importância da participação da categoria neste momento. "Não podemos perder tempo. Este é um ano eleitoral e, em vista disto, o período de negociação será reduzido. A nossa luta pela equiparação, iniciada em 2005, já avançou bastante, mas queremos garantir ainda este ano o avanço no índice de 25,97%, além da correção da inflação do período, prevista, pelo Dieese, em 4,31%", explica.

Quanto ao PSPN, a APP integra a mobilização organizada em todo país pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O objetivo é pressionar municípios e Estados para que cumpram a lei do piso (leia mais sobre o piso na página 4). Diante de tantos desafios, os professores e funcionários de escola definiram, na assembleia extraordinária realizada no último dia 20, um calendário de atividades para este início do ano. Entre estas, está uma nova assembleia da categoria, para o dia 27 (veja o calendário completo abaixo).

Finanças e campanha salarial – A negociação com o governo passa pelo debate sobre as finanças do Estado. Para auxiliar a APP, o Dieese preparou um estudo

através do qual demonstra que há, sim, margem financeira para que o Estado atenda a vários itens da pauta de reivindicações dos educadores.

"Se 2009 foi marcado por instabilidade e incertezas, 2010 promete ser um ano de forte expansão da economia. As estimativas para o crescimento do país variam de 5% a 6% e este fator deve impactar nas finanças públicas de forma positiva. Na receita do Paraná, a estimativa de crescimento previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA – é de 12%", informa o diretor técnico do Dieese, Cid Cordeiro.

Na análise, o economista afirma que compartilha desta previsão. "E, em um cenário mais otimista, avalio que esse crescimento pode surpreender. Assim como em 2008, quando a receita cresceu 16% - superando a previsão de 12% -, o resultado de dezembro, com o aumento da receita estimado em 15%, pode sinalizar uma ampliação mais forte da receita neste ano", afirma Cordeiro.

Quanto aos gastos com pessoal, apesar de os números oficiais sobre os custos com este item em 2009 ainda não estarem disponíveis, o Dieese informa que o comprometimento do gasto com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) passou de 42,27% (em 2008) para 46% (em 2009). Mesmo assim, destaca o órgão, ficou abaixo do limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (46,55%).

Para 2010, o Dieese explica que o que há de concreto é a inflação que deve balizar o reajuste da data base do servidor público estadual. Outro aumento de gasto previsto para o ano são as contratações de servidores por concurso público. Na área da educação, estão previstas dez mil contratações - em sua maioria, para substituir servidores do Paraná Educação e PSS.

Outros incrementos de gasto são com as promoções e progressões previstas nos planos de carreira. "Considerando estes eventos e, ainda, a 'herança' de gastos oriundos do ano passado, avalio que há margem para atender a vários itens da pauta de reivindicação da APP-

Sindicato, sendo que o item da pauta com maior impacto financeiro é a equiparação salarial - 25,97%. Para este item, acredito que as condições financeiras estimadas criam margem para negociação", opina Cordeiro.

Campanha salarial 2010 APP-Sindicato

Veja a lista de reivindicações:

- Equiparação salarial já (25,97%);
- Respeito à lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN);
- Melhor atendimento à saúde dos educadores(as);
- Nomeação dos(as) aprovados(as) em concursos públicos da educação;
- Lei do Sistema Estadual de Ensino;
- Auxílio transporte a todos(as) os(as) funcionários(as);
- Manutenção da isenção previdenciária aos(as) aposentados(as);
- Manutenção da alíquota previdenciária de 10% para o pessoal da ativa.

Calendário de Mobilização

:: Março de 2010 ::

01 a 05/03 - Reuniões com representantes e/ou assembleias regionais.

06/03 - Ato do Dia Internacional da Mulher, em Curitiba.

08 a 12/03 - Debate nas escolas.

16/03 - Paralisação Nacional e Estadual. Concentração às 9 horas na praça Santos Andrade, em Curitiba, e marcha até o Palácio das Araucárias.

27/03 - Assembleias Estaduais Ordinária e Extraordinária.

Campanhas

Lançamento da campanha dos funcionários de escola: mais funcionários e direito à substituição;

Levantamento de escolas com condições precárias de funcionamento;

Envio de carta aos deputados e senadores na defesa do piso; envio de e-mails para o STF, para que seja votada a Adin 4167.

PEC da isonomia tramita na Assembleia

Durante o ano passado, o secretário de Políticas Sindicais da APP, professor José Lemos, exerceu o mandato de deputado estadual e apresentou uma série de projetos de interesse da educação e demais categorias dos servidores. Entre eles, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 84/2009, que dá nova redação ao Inciso I, do artigo 34, da Constituição Estadual.

O objetivo, segundo o autor, é garantir a isonomia de vencimentos aos servidores que possuem a mesma formação, atividade profissional e carga horária de trabalho. Lemos informa que a proposta se encontra na Comissão de Reforma da Constituição, aguardando parecer.

Leis da educação

Outra preocupação da campanha é consolidar conquistas do último período em lei, como a do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e dos critérios dos cargos de 40 horas. É necessária também a aprovação de uma nova lei do Sistema Estadual de Ensino, pois a atual é da década de 60.



Guilherme Artigas

Demandas da educação levam educadores mais uma vez às ruas

Quase **dez mil educadores** ainda aguardam nomeação

APP-Sindicato reivindica a nomeação imediata dos aprovados nos concursos públicos

Uma das principais reivindicações da APP-Sindicato diz respeito à melhoria da qualidade de ensino e das condições de trabalho dos educadores. Por isso, é necessário que o governo faça a nomeação, o mais rápido possível, de todos os professores e funcionários aprovados nos concursos.

A direção da APP acompanha passo a passo todo o processo de chamamento dos concursados, com o objetivo de que a Secretaria de Estado da Educação (Seed) acelere a posse e exercício de todos os aprovados.

Funcionários - O concurso para funcionários de escolas - Agente Educacional I -, realizado em 2006 e homologado pela Resolução 765 de 13/04/2007, teve seu prazo de validade prorrogado até abril de 2011. Deste concurso, tomaram posse e estão em exercício, em números arredondados, 3.300. Em

2009, a partir das reivindicações da APP, o Estado convocou para prova de títulos e avaliação médica mais 3.350. Os exames médicos destes candidatos aguardam homologação da Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional (Dims). Além destes, há previsão de convocação de mais 2.500 aprovados, o que totalizará 9.150 funcionários efetivados.

Quanto ao Agente Educacional II, do concurso realizado em 2005, tomaram posse e estão em exercício 8.800 aprovados. Aguardam nomeação 2.400, totalizando, então, 11.200. O processo de nomeação destes 2.400 tramita na Secretaria de Estado de Administração e Previdência (Seap).

Professores - Do concurso para professores da rede estadual de ensino, realizado em 2007, tomaram posse e estão em exercício 10.400 aprovados. Faltam ainda 2.159, que foram considerados inaptos nas chamadas de janeiro e junho de 2009 - além dos 2.500 da terceira e quarta chamadas deste concurso, para serem convocados dentro do número de vagas do certame. A APP está atenta ao número de educadores necessários para desempenho das funções de professor e funcionário, sempre na luta para ampliação do número de estatutários na rede pública.

O concurso dos professores de 2007 foi homologado em março de 2008. Porém, a APP já solicitou sua prorrogação e a Seed a acatou, vencendo, portanto, em 2012. A APP reivindica maior agilidade no processo de nomeação dos aprovados, uma vez que a maioria já realizou exames médicos e foi considerada apta para o trabalho.

Comissão - O sindicato propôs a implementação de uma comissão de trabalho, composta, inclusive, com membros da entidade, para tratar do número de vagas reais no Estado e acompanhar todo o processo de nomeações e demanda.



Valnísia Mangueira

Em reunião com a Seed, APP entregou a pauta de reivindicação da categoria

Concursos

2006

Agente Educacional I

- Posse e exercício - 3.300
- Prova de título e aguardando homologação da avaliação médica - 3.350
- Perspectiva de chamamento - 2.500
Total: 9.150

2005

Agente Educacional II

- Posse e exercício - 8.800
- Aguardam nomeação - 2.400
Total: 11.200

2007

Professores - Ed. Básica - Pedagogos - Profissionalizante - Ed. Especial

- Posse e exercício - 10.400
- Aguardam nomeação - 4.659

Falta de substituição sobrecarrega funcionários

A falta de substituição de funcionários de escolas que se aposentam, são transferidos, entram em licença de saúde ou especial sobrecarrega os demais, causando inúmeros transtornos, como o aumento de doenças do trabalho e a diminuição na qualidade das atividades exercidas.

Em 1996, a rede estadual de ensino do Paraná contava com 28 mil funcionários de escola. Hoje, este número está em apenas 23 mil. A diminuição de 5 mil servidores na área escolar reflete diretamente na saúde destes trabalhadores e na organização do trabalho escolar. É importante lembrar que, em 2000, o governo cortou 350 mil horas de funcionários e, até hoje, esta demanda não foi repostada.

Saúde também está na pauta

“Os educadores exigem respeito, pois a saúde é um direito!”. Com palavras de ordem como estas, professores e funcionários de escola vão às ruas, no próximo dia 16, denunciar o descaso com o mau atendimento prestado aos servidores pelo Sistema de Atendimento à Saúde (SAS).

De acordo com o secretário de Saúde e Previdência da APP-Sindicato, professor Idemar Vanderlei Beki, os hospitais credenciados pelo SAS recebem um valor fixo por mês (per capita), independente de atenderem ou não o servidor.

“A média de atendimento mensal não chega a 50% na macrorregião. Além disso, muitos educadores se deslocam até 200 quilômetros para serem atendidos pelo SAS, o que inviabiliza o custo-benefício deste deslocamento”, descreve Beki.

Ele declara que uma consulta com clínico geral chega a demorar 30 dias para ser obtida. No caso

dos especialistas, a espera pode chegar a mais de três meses. Na lista de exclusões de cobertura pelo atual sistema, estão importantes especialidades, como Psicologia, Fonoaudiologia, Ressonância Magnética e Cirurgia Cardíaca. “Por isso, exigimos e cobramos do governo um novo modelo de atendimento à saúde dos servidores”, justifica o secretário da APP.

Os novos princípios norteadores exigidos pelos educadores e demais servidores são:

- Pagamento por procedimentos feitos pelo prestador (hospital) que leve em consideração a avaliação de desempenho, ou seja, qualidade do bom atendimento ao servidor;
- Garantia de participação dos trabalhadores na gestão administrativa dos recursos, fiscalizando,

assim, todo dinheiro público investido exclusivamente no sistema, com finalidade à saúde dos servidores;

- Ampliação dos recursos financeiros, para uma maior cobertura de procedimentos por este novo modelo de saúde;
- Descentralização do sistema, para um melhor atendimento em todas as regiões do Estado.

Outro fator importante é a prevenção. A qualidade de vida dos educadores está relacionada às condições de trabalho. Para melhorá-la, a APP defende: redução do número de alunos por turma, ampliação da hora-atividade, melhoria da infra-estrutura das escolas e a implantação de programas de prevenção e saúde para estes trabalhadores.

16 de março é dia de paralisação nacional pelo **PSPN**

Educadores das redes estaduais e municipais de todo o país unidos em defesa do PSPN

Neste dia 16 de março, educadores de Estados e municípios estarão unidos em defesa do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério público da Educação Básica. A categoria reivindica a implementação real do piso em todo o país e protesta contra o desrespeito ao artigo 5º da lei 11.738/2008, que estabelece a forma de reajuste do PSPN.

Segundo José Valdivino de Moraes, secretário de Funcionários da APP-Sindicato e secretário adjunto de Políticas Sindicais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), as entidades discordam da fórmula de reajuste do piso sugerida pelo Ministério da Educação (MEC). Ele explica que tal cálculo representa submissão às pressões dos governadores e prefeitos e que isto achata o valor do piso.

Em 2009, o valor do piso, segundo análise jurídica da Confederação, seria de R\$ 1.132,40. Aplicando a correção do Fundeb, prevista na Lei do Piso, em 2010, este valor seria de R\$ 1.312,85. No entanto, o MEC – após consulta à Advocacia Geral da União (AGU) – indica o montante de R\$ 1.024,67 como o valor do piso para este ano.

Diante deste impasse, o secretário de Municípios da APP e conselheiro estadual do Fundeb, Edilson de Paula, destaca a importância de os educadores municipais se unirem na luta em defesa desta bandeira. “Não basta a implantação do piso. É preciso levar em consideração as gratificações e a estrutura das carreiras que já estão estabeleci-

das nos municípios”, diz.

Ele também aponta que o piso foi criado para reparar erros e injustiças em vários municípios e Estados do país, e não para servir de desculpa para alguns municípios tentarem tirar dos educadores conquistas já garantidas a custo de muita luta.

Além da paralisação do dia 16, outra medida importante a ser tomada pelos sindicatos de educadores diz respeito à denúncia ao Ministério Público dos gestores municipais e estaduais que estejam descumprindo a Lei do Piso. Esta ação é importante para acelerar o processo de cumprimento da lei federal e de punição aos gestores públicos por improbidade administrativa.

Adin – Durante a paralisação, os educadores também cobram, do Supremo Tribunal Federal (STF), rapidez no julgamento final da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada contra a Lei do Piso. Em um julgamento preliminar, o STF manteve a constitucionalidade da lei, mas possibilitou que Estados e municípios contabilizem gratificações para chegar ao valor do piso.

Hora-atividade - Quando aprovada, a lei 11.738 definiu que a hora-atividade deve ser correspondente a 33% da jornada de trabalho. Assim, em uma jornada de 40 horas semanais, 2/3 da carga horária seriam destinados ao trabalho em sala de aula e 1/3 para pesquisas e preparação dos docentes fora da sala de aula. No entanto, a decisão do STF também suspendeu 1/3 de hora-atividade até o julgamento final da ação.

PISO E CARREIRA ANDAM JUNTOS



PARALISAÇÃO NACIONAL
16 de março de 2010

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
www.cncte.org.br

Filiada à **CUT**

Paralisação Nacional, Estadual e Municipal

Programação em Curitiba

Dia: 16 de março de 2010

Hora: 9h

Concentração: praça Santos Andrade

Caminhada: da praça Santos Andrade até o Palácio do Governo, no Centro Cívico

Aposentados na pauta de reivindicação da APP

A manutenção da isenção do desconto previdenciário dos aposentados e pensionistas do Paraná também é reivindicação da categoria, bem como a não ampliação da alíquota de contribuição de 10% aos servidores públicos estaduais. A APP-Sindicato defende a isenção de contribuição dos aposentados e pensionistas baseada no princípio de que já houve contribuição quando estes

trabalhadores estavam em atividade.

A entidade também reivindica avanço para o nível II de todos os aposentados que estavam no PE-5 em 25 de abril de 1996. A presidente da APP, Marlei Fernandes de Carvalho, explica que é direito dos aposentados que estavam no último nível da carreira que sejam enquadrados no nível correspondente quando ocorre mudan-

ça de tabela.

O sindicato já ganhou várias ações que pleiteiam estes reenquadramentos. “Se a Justiça reconhece, queremos que o governo implemente este direito a todos”, diz a presidente. “Também reivindicamos o enquadramento ao nível III da carreira, desde a aprovação da lei 103/2004, que instituiu o novo nível”, completa.

EXPEDIENTE



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE

Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br

• **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Luiz Carlos Paixão da Rocha • **Jornalistas:** Andréa Rosendo (4962-PR), Edianês Vieira (7704-RS), Simone Giacometti (4441-PR) e Valnísia Manguiera (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 30 mil exemplares.

Gestão Independência, Democracia e Luta - 2008-2011

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Isabel Catarina Zöllner - Secretária Geral • José Rodrigues Lemos - Secretária de Política Sindical • Janeslei A. Albuquerque - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Áurea de Brito Santana - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Silvana Prestes Rodacoswiski - Secretária de Políticas Sociais • José Ricardo Corrêa - Secretária de Organização • Maria Madalena Ames - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretária de Sindicalizados • Lirani Maria Franco da Cruz - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretária de Saúde e Previdência